

A política de educação escolar indígena no Brasil

Ms. Lucia Alberta Andrade Baré

Brasília/DF, junho de 2021

Trajetoória

- ✓ Educação escolar *para* indígenas – assimilação e integração, anulação da diversidade linguística e sociocultural, imposição de modelos externos
- ✓ Educação Escolar Indígena – movimento indígena e indigenista, reconhecimento da pluralidade cultural e do multilinguismo, interculturalidade, autonomia pedagógica – protagonismo, reivindicações no âmbito dos direitos humanos, políticas públicas

DIREITOS EDUCACIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS

- ✓ Educação contextualizada aos valores e perspectivas socioambientais e projetos societários, interesses e necessidades das comunidades, diferenciada e comunitária.
- ✓ Educação escolar que valorize e afirme as identidades e proporcione acesso a conhecimentos importantes para cidadania e para as relações interétnicas.
- ✓ Consulta, participação e decisão sobre a organização e funcionamento da escola junto aos sistemas de ensino.
- ✓ Reconhecimento de suas instituições educativas.
- ✓ Reconhecimento da diferença como valor e como base do direito à igualdade.

Diversidade sociocultural e Educação

Implica na construção de propostas pedagógicas e curriculares, com as seguintes características:

- associadas aos projetos de sustentabilidade das comunidades;
- calendário escolar específico;
- formação de professores em programas específicos;
- produção de materiais didáticos próprios;
- participação dos anciões e anciãs na formação de professores e na escola;
- práticas pedagógicas referenciadas nos processos próprios de aprendizagem;
- valorização das línguas maternas;
- oferta de alimentação escolar de acordo com os padrões alimentares das comunidades;
- criação de sistemas de avaliações diferenciados; e
- participação e consulta às comunidades.

Marcos legais da Educação Escolar Indígena

- ▶ Constituição Federal de 1988;
- ▶ Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- ▶ Decreto nº 5.051/2004 – Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais;
- ▶ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU);
- ▶ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007;
- ▶ Decreto nº 6.861/2009, sobre a Educação Escolar Indígena e sua organização em territórios etnoeducacionais;
- ▶ Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE;
- ▶ Demais legislações nacionais e internacionais.

**na Educação Básica
O que nos dizem as**

**Diretrizes Curriculares Nacionais
para a Educação Escolar Indígena do
CNE**

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena

Objetivos:

- ▶ orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino garantindo as especificidades dos processos educativos indígenas;
- ▶ assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;
- ▶ assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários.

Objetivos da Educação Escolar Indígena - LDB/Lei nº 9.394/96

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (Art. 78)

I - fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (Art. 79)

Organização e gestão da escola indígena

Deve considerar a participação da comunidade, observando:

- ▶ suas práticas socioculturais, religiosas e econômicas;
- ▶ suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;
- ▶ o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena; e
- ▶ a necessidade de edificação de escolas com características e padrões construtivos de comum acordo com as comunidades usuárias, ou da predisposição de espaços formativos que atendam aos interesses das comunidades indígenas.

Organização das atividades letivas

Flexibilidade:

- ▶ séries anuais;
- ▶ períodos semestrais;
- ▶ ciclos;
- ▶ alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;
- ▶ grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios;
- ▶ formas diversas de organização, **sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.**

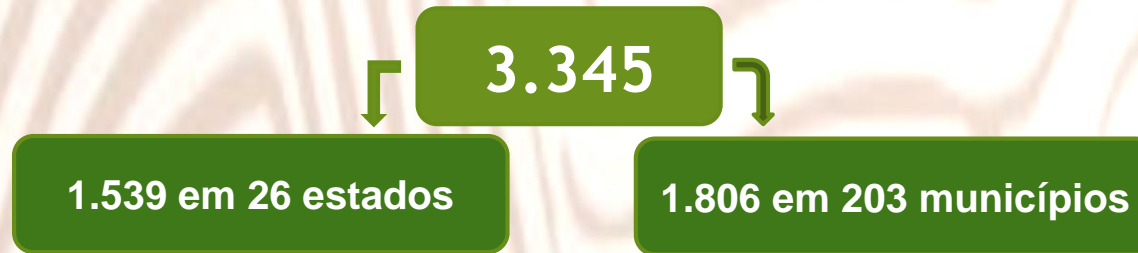
O PPP das escolas indígenas

- ▶ deve ser relacionado com os modos de bem viver dos grupos étnicos em seus territórios, devendo estar alicerçado nos princípios da interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo, especificidade, organização comunitária e territorialidade;
- ▶ construído de forma autônoma e coletiva, valorizando os saberes, a oralidade e a história de cada povo em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas;
- ▶ deve se articular aos projetos societários etnopolíticos das comunidades indígenas, contemplando a gestão territorial e ambiental das terras indígenas e a sustentabilidade das comunidades indígenas;
- ▶ autonomia para organizar suas práticas pedagógicas em ciclos, seriação, módulos, etapas, em regimes de alternância, de tempo integral ou outra forma de organização que melhor atenda às especificidades de cada contexto escolar e comunitário indígena.

Os currículos da Educação Escolar Indígena

- ▶ devem ser construídos em uma perspectiva intercultural, a partir dos valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola;
- ▶ devem ser flexíveis, adaptando-se aos contextos socioculturais das comunidades indígenas em seus projetos de Educação Escolar Indígena;
- ▶ podem ser organizados por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou diretrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

DADOS DAS ESCOLAS INDÍGENAS



- 255.888 matrículas;
- 1.027 não são regularizadas pelo Sistema de Ensino;
- 1.029 não funcionam em prédio escolar;
- 1.546 não utilizam material didático específico.
- 22.590 Professores.

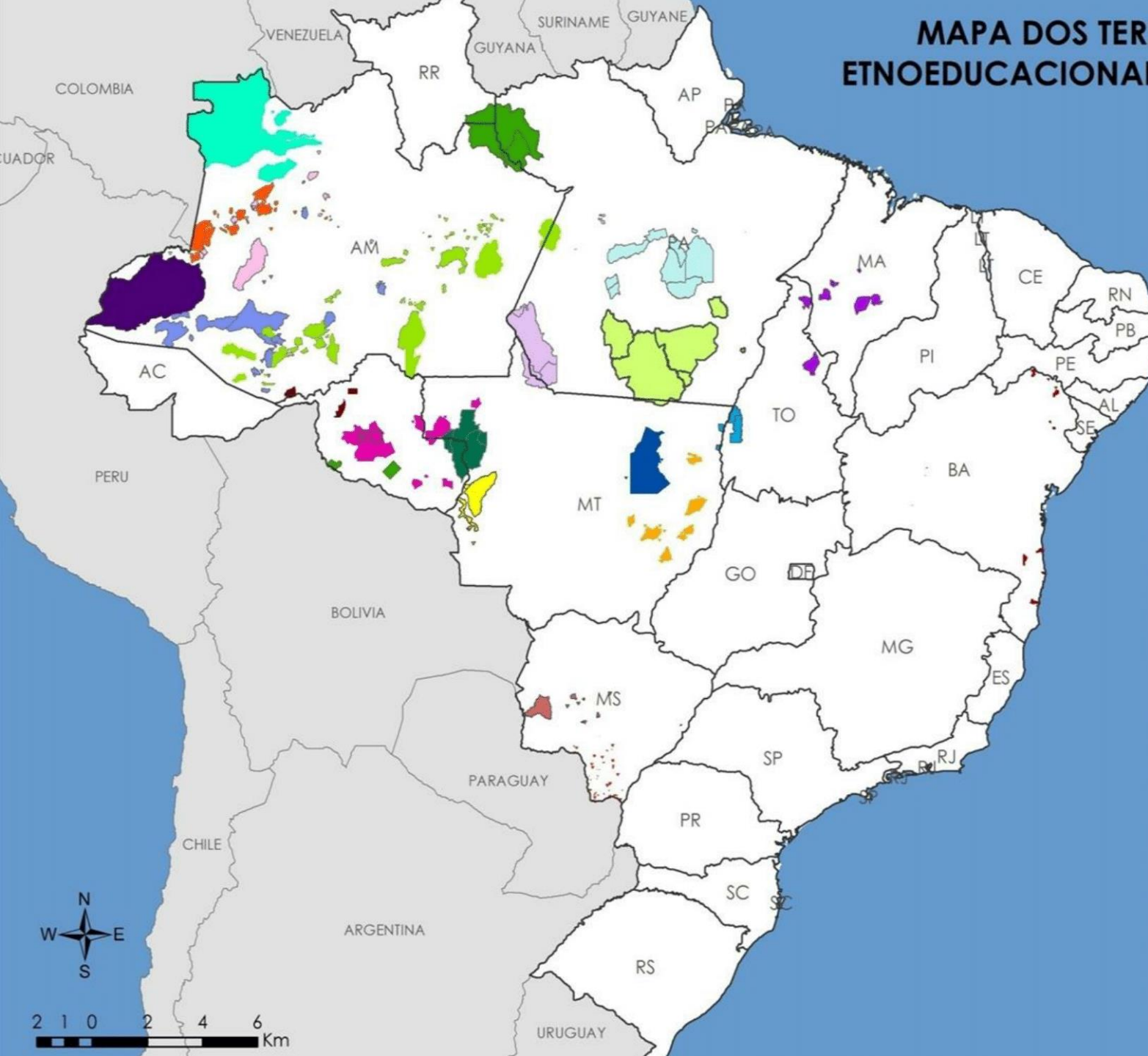
Políticas públicas ATUAIS

- ▶ Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – Decreto nº 6.861/2009 – organização e gestão da educação escolar indígena de forma territorializada;
- ▶ PNE 2014 – 2024 reconhece os TEEs – Art. 7º, Parágrafo 4º, Lei 13.005/2014;
- ▶ Formação Inicial de Professores Indígenas - Licenciatura Intercultural Indígena - Prolind;
- ▶ Formação de Professores Indígenas em Magistério nível médio;
- ▶ Formação Continuada de Professores Indígenas – Ação Saberes Indígenas na Escola e ação via Plano de Ações Articuladas (PAR);
- ▶ Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (2 edições);
- ▶ Formação de gestores para a educação escolar indígena;
- ▶ Produção de material didático específico.

MAPA DOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS PACTUADOS

Legenda

- Alto Solimões
- A'uwe Uptabi
- Baixo Amazonas
- Cinta Larga
- Cone Sul
- Ixamná
- Juruá/Purus
- Médio Solimões
- Médio Xingu
- Povos do Pantanal
- Pykakwatynhre
- Rio Negro
- Tapajós e Arapiuns
- Timbira
- Tupi Mondé
- Tupi Tupari
- Tupi Txapakura
- Vale do Araguaia
- Vale do Javari
- Xingu
- Yby Yara
- Yjhukatu
- UFs
- América do Sul
- Oceano



Ação Saberes Indígenas na Escola

Formação Continuada 2018

26	IES
5.031	Matrículas de professores indígenas
13	Territórios Etnoeducacionais
108	Povos indígenas
518	Aldeias
109	Línguas indígenas
448	Escolas Indígenas

PROLIND Formação Inicial em Licenciatura Intercultural

16 IES 2.743 Cursistas

IES	CURSISTAS
UFAM / ICHL	380
UFAM / FACED	371
UFG	279
UFMG	134
UFPE	151
UFC - PITACAJÁ	50
UFC - KUABA	135
UFRR	340
UFMS	96
UFGD	200
UNIR	133
UFES	69
UFSC	45
UNIFAP	142
IFBA - PORTO SEGURO	80
UFAC	50

Kuekatu reté! (Nhengatu)

Añu! (Tukano)

Noana! (Wanano)

Awei! (Yanomami)

Matsia! (Baniwa)

Obrigada! (Português)

Gracias! (Espanhol)